

Novos vizinhos, novas fronteiras: a perspectiva turca

Publicação: [O Mundo em Português Nº58](#)

Data de Publicação: Abril/Maio de 2005

Autor: Mehmet Aydin

Enquanto processo de integração económica, política e, até certo ponto, cultural, e enquanto «comunidade de valores», a União Europeia é um fenómeno novo na história humana. Até agora, desenvolveu uma política que é considerada não só racional como também prática, como o demonstram, por exemplo, as diversas etapas do alargamento. Baseia-se na persuasão e não na coerção. As regras do jogo e trajectos a seguir são claros. Os países que querem aderir à União seguem-nas, conscientemente e de livre vontade, e se nem sempre entusiasticamente tal deve-se somente a dificuldades financeiras e económicas, entre outras. É por esta razão que a União é um centro de atracção. É por esta razão que é bem sucedida na sua política de reforço do desenvolvimento democrático e do Estado de direito. De tempos a tempos, aplica algum grau de soft power, que não magoa muito, mas nunca insulta ou aliena.

Estas são algumas das pistas para o sucesso da UE, nomeadamente no sudeste europeu, incluindo a Turquia. A União desempenhou um papel determinante na transformação democrática desta região do mundo. Apesar das enormes dificuldades, levou o processo de alargamento mais longe, mas também vê que esse alargamento, tecnicamente, tem um limite.

Assim, tornou-se óbvio que o alargamento, enquanto instrumento de política externa, deve ser apoiado por outras políticas, como o Processo de Barcelona, a Parceria Euro-Mediterrânica e agora a Política de Nova Vizinhança, que tem como objectivo, como o Conselho Europeu claramente afirmou, «partilhar os benefícios de uma UE alargada com os países vizinhos, para contribuir para uma maior estabilidade, segurança e prosperidade da União Europeia e dos seus vizinhos. Baseia-se em compromissos em relação a valores comuns, incluindo a democracia, o Estado de direito, a boa governação e o respeito pelos direitos humanos, e aos princípios da economia de mercado, do comércio livre e desenvolvimento sustentável, bem como a redução da pobreza».

Sem esta perspectiva, a discussão sobre a Europa, europeidade, identidade europeia, fronteiras da Europa e questões similares pode levar a confusões intelectuais, incertezas políticas e alienação cultural.

Em termos históricos, a Europa nunca teve fronteiras pré-determinadas e não existe qualquer definição formal da Europa internacionalmente acordada. Mais, as fronteiras da União nunca foram definidas. Ser «europeu» pode ser uma questão de localização geográfica ou de história. Hoje, porém, é muito mais uma forma de pensar e uma atitude, uma visão política.

Todos os processos de alargamento até hoje foram baseados sobretudo em considerações políticas e não geográficas. Em cada alargamento, a UE foi capaz de responder aos desafios que as mudanças acarretavam. Com uma estrutura institucional racional e estável, com 25, 28 ou mais membros, a União será capaz de responder a todos os desafios colocados pelo alargamento.

A força da UE, na verdade, é a força que cada Estado membro transporta para o seu seio. É o resultado do seu valor acrescentado. A expansão da UE terá, naturalmente, que parar nalgum ponto. Não é possível, no entanto, saber quando parará, e nem sequer se pode tomar essa decisão. O tempo determinará a altura mais correcta, na bases dos interesses mútuos e de equilíbrios estratégicos, e de outras contingências, actualmente imprevisíveis.

Tendo esta perspectiva em mente, são de saudar tanto o processo de alargamento como a Política de Nova Vizinhança (PNV). Processos deste tipo alteram as concepções tradicionais de fronteira, relações transfronteiriças, segurança fronteira e conceitos afins. As novas fronteiras da UE terão muitas componentes. À medida que atinge a maturidade, será cada vez mais difícil confinar a União, tal como foi definida, a uma região geográfica específica, a um sistema de crenças e costumes. Assim, podemos mesmo começar a falar em «fronteiras comuns» de cooperação com os países vizinhos em vez de «fronteiras externas».

Ultrapassando fronteiras ideológicas, mentais e psicológicas, a União estará melhor equipada para identificar os seus objectivos políticos, baseados em valores, a nível global. Assim, será mais fácil transformar a Europa, o Velho Continente, num centro de liderança, onde o poder estará, esperamos, em harmonia com os valores de que a actual ordem mundial tanto necessita. A Turquia, com as suas dimensões europeia, asiática e islâmica, e sendo membro da NATO e de praticamente todas as instituições europeias, tem muito para oferecer em todas estas áreas. Com um roteiro claro que leve à plena

integração europeia, a contribuição turca para a Política Externa e de Segurança Comum e para a Política de Nova Vizinhaça terá um significado e importâncias globais.

Em relação à política externa e de segurança, o envolvimento turco processa-se a quatro níveis:

- Sob os auspícios da presidência da UE, têm sido organizadas consultas políticas com a Turquia.
- O ministério turco dos Negócios estrangeiros tem organizado briefings sobre questões centrais da política externa turca para as embaixadas dos países membros e associados em Ancara.
- A Turquia tem participado regularmente em reuniões de peritos organizados para os países associados, em formato de Troika.
- A Turquia tem alinhado com as iniciativas da União ao nível dos países terceiros.

A Turquia tem igualmente apoiado o processo EUROMED desde o seu início. Apoiou o Plano de Acção de Valência e o revigoramento do processo de Barcelona. Infelizmente, muitos destes esforços comuns não deram os frutos desejados, devido ao problema do Médio Oriente. As contribuições turcas para estas iniciativas internacionais foram, assim o creio, reconhecidas, e a sua contribuição para a PNV será certamente mais relevante. A Turquia tem fortes relações históricas e culturais com as zonas de vizinhaça da União, seja a Leste, no Médio Oriente e no Mediterrâneo.

O bem estar e a segurança da Turquia dependem em grande medida das suas relações actuais, e futuras, tanto com a União como com os círculos de vizinhaça. É por essa razão que a Turquia acolhe com satisfação que os Balcãs sejam agora considerados por todos como parte integrante da Europa. Como é óbvio, a estabilidade e a segurança, da Turquia e da Europa, não estarão asseguradas se o Sudeste europeu estiver em turbulência económica, política ou social. Temos, assim, que demonstrar o nosso apoio de forma tangível.

Desde a derrota do autoritarismo, do micro-nacionalismo e da limpeza étnica nos Balcãs, a comunidade internacional tem estado activamente empenhada na transformação da região. Enquanto a NATO garantiu a força de paz e de estabilidade, a UE ajudou à consolidação democrática e ao desenvolvimento económico dos países da região. O resultado é um estrondoso sucesso, que constitui um exemplo para outras regiões do mundo. Por outro lado, tanto a União como a NATO salientaram que a porta estaria aberta para uma futura adesão, encorajando o ritmo das reformas.

Uma União à dimensão de toda a Europa, mesmo os Balcãs, será em si mesma uma mensagem clara para acabar com o debate sobre o choque de civilizações. Nós, os países balcânicos, somos um grupo de nações que lutam para ultrapassar feridas auto-infligidas pela fixação em conceitos estreitos de geografia, raça, religião ou credos. Tentamos transformar-nos num mosaico exemplar de similaridade na diversidade – e muito gostaríamos de transformar essa similaridade numa unidade na diversidade.

Quanto mais seguimos essa direcção, mais nos apercebemos que os nossos valores e perspectivas comuns são muito mais importantes que as nossas diferenças, muitas das quais fabricadas em nome da guerra e não da paz. Não é necessário subestimar as genuínas diferenças que existem e que podem ser, se devidamente compreendidas e geridas, transformadas em riqueza. Aqui, a nossa política deve ser absolutamente clara. No que diz respeito aos valores políticos partilhados, como o respeito pela dignidade humana, a justiça, ou Estado de direito, não nos podemos colocar num espaço neutral. Temos que os defender. E nem sequer temos o direito de tomar medidas de segurança, internas ou externas, que não respeitem esses valores.

Quanto a outras diferenças, podemos nem sequer chegar a um acordo cognitivo. Têm que ser toleradas, desde que não sejam usadas contra os valores comuns. Esta deve ser a nossa política de longo prazo, que acredito que, no futuro, nos levará a relações internacionais mais pacíficas, especialmente entre os países vizinhos, onde as experiências histórico-culturais foram usadas com fins racistas e culturalistas.

A Turquia continuará a apoiar a visão global da União Europeia, dando perspectivas de integração aos países dos Balcãs Ocidentais, que tanto sofreram com a instabilidade num passado ainda recente. Finalmente, quando os três países balcânicos – Bulgária, Roménia e Turquia – aderirem, as margens oriental e sul do Mar Negro serão o território da União mais próximo do Azerbaijão, da Arménia e da Geórgia, os três países do Cáucaso do Sul já incluídos na PNV. A Turquia, enquanto futuro Estado membro, contribuirá construtivamente para os objectivos desta nova política. Isto não significa que a Turquia seja um modelo a seguir, mas sim que estará pronta a partilhar a sua própria experiência, fazendo com que os países parceiros se sintam mais confiantes em relação ao processo de reformas.

Assim, a União pode reforçar a capacidade para utilizar o seu soft power numa vasta região, que vai dos Balcãs ao Médio Oriente, ao Cáucaso e à Ásia Central. Com todas estas regiões, a Turquia tem estreitos laços culturais, económicos e históricos. Por outro lado, a política de nova vizinhança usará diversos instrumentos, semelhantes aos do processo de pré-adesão, em relação aos quais a Turquia pode partilhar a sua recente e

rica experiência. A evolução do próprio processo de adesão da Turquia, com a abertura de negociações, será, aqui também, uma vantagem adicional.

A Turquia saúda igualmente a aprovação do relatório sobre a Parceria Estratégica da União Europeia com o Mediterrâneo e o Médio Oriente. Trata-se de um importante passo em frente, pois funde num único documento os vários mecanismos que sustentam a relação da UE com os países da região, os parâmetros básicos das suas políticas e as suas propostas concretas de acção. Este documento também demonstra o sucesso do sistema da UE, na medida em que é um compromisso entre as diferentes visões sobre o seu complexo objecto.

No entanto, o sucesso desta estratégia depende da vontade política, tanto da UE como dos parceiros do Mediterrâneo e do Médio Oriente. Simultaneamente, esta parceria pretende basear-se, tanto quanto possível, nas estruturas existentes, e trabalhar em estreita colaboração com a ONU e outros parceiros externos. Também partilhamos a perspectiva que os países da região devem ter uma percepção de propriedade em relação às reformas propostas. E pensamos que o sucesso do processo de paz no Médio Oriente e as reformas se ajudam mutuamente, mas nenhum pode ser pré-condição para o outro.

Quando a Turquia aderir à União, esta passará a ter fronteira com a Síria, o Iraque e o Irão, uma zona da fronteira turca que actualmente se discute muito. A Turquia tem boas relações com quase todos os seus vizinhos e acreditamos que essas fronteiras não se transformarão em muro mas sim numa ponte para o desenvolvimento democrático de toda a região. Aqui podemos acrescentar as relações da Turquia com as repúblicas da Ásia Central, com as quais existem relações históricas, culturais, linguísticas e geoestratégicas. A Turquia tem plena consciência do seu potencial, do seu poder e das suas responsabilidades – o que está subjacente a qualquer acção que leve a cabo, tanto em termos internos como externos.